



## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: AUTO POSTO PASQUALOTTO LTDA.	RECURSO
PROCESSO Nº 3157/2001/002/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1652/2004	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: MÉDIO	

### I – RELATÓRIO

O AUTO POSTO PASQUALOTTO LTDA. foi autuado em 21.07.2004 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou Defesa intempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 25.02.2010, pela URC do Alto São Francisco, multa no valor de R\$ 10.001,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “Descumprir determinações contidas na Deliberação normativa COPAM 050/2001, Art. 3º, §2º itens II, V, IX e X, com dano ambiental.” (fl. 03).

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- A época em que ocorrera a notificação e a aplicação da sanção o empreendimento estava arrendado a um terceiro que constituiu pessoa jurídica distinta para abrigar as operações ali desenvolvidas sendo, portanto, responsável por quaisquer ocorrências. Essa pessoa jurídica apresentou a defesa intempestiva em nome da arrendadora;

- O autuado só voltou a operar o empreendimento em novembro de 2009, quando iniciou obras de adequação ambiental;



- O empreendimento se encontra devidamente adequado às normas ambientais vigentes;
- O valor da multa aplicada é exorbitante;
- O autuado não pleiteia a desconsideração do ato punitivo, mas sanção pertinente e parcimoniosa.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Inicialmente, cumpre destacar que o autuado não contesta a ocorrência da infração ambiental, mas apenas delega a responsabilidade a terceiros. Nesse sentido, não cabe a alegação de culpa de terceiros, pois a responsabilidade ambiental é objetiva.

Nesta concepção adotada, a do Risco Integral, entende-se que o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá civilmente por este. Diante disto, não há que se falar em aplicação da excludente de ato de terceiro.

O fato do empreendimento ter sido arrendado a terceiros não exime o autuado da infração a ele imputada. O proprietário do empreendimento é responsável objetivamente pelo passivo ambiental do empreendimento. Caso entenda não ser responsável pela infração em tela, poderá usar do seu direito de regresso na esfera judicial contra quem entenda ser a pessoa responsável pela conduta em questão.

Igualmente, o fato do empreendimento estar adequado à legislação ambiental no presente momento não é capaz de descaracterizar a multa a ele imputada, pois à época da autuação verificou-se, incontestavelmente, a operação em desacordo com a legislação ambiental vigente.

Em consulta ao SIAM, verifica-se que o autuado obteve Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF no processo 03157/2001/002/2005 em 03.02.2010.

A penalidade de multa aplicada ao autuado está em conformidade com o porte do empreendimento e a gravidade da infração, não havendo que se falar em abusividade da Administração Pública. Com efeito, inclusive, foi aplicada o valor de multa mais benéfico ao autuado, nos termos do art. 96 do Decreto nº 44.844/2008

### III - CONCLUSÃO




ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada no valor de **R\$ 10.001,00**, por estar em conformidade com o art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: